



## PROJETO DE LEI Nº \_\_\_\_\_, DE 2023

*Dispõe sobre a revogação das restrições quantitativas ao aproveitamento de prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL, de forma escalonada, e autoriza a compensação integral de prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas da CSLL quando da extinção da pessoa jurídica.*

O **Congresso Nacional** decreta:

**Art. 1º** Esta Lei revoga as restrições quantitativas ao aproveitamento de prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL, de forma escalonada, e autoriza a compensação integral de prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas da CSLL quando da extinção da pessoa jurídica.

**Art. 2º** A Lei nº 8.981, de 20 de janeiro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 42. Para efeito de determinação do lucro real, o lucro líquido será ajustado pelas adições e exclusões previstas ou autorizadas pela legislação do Imposto de Renda, observados os percentuais máximos de redução vigentes.

Parágrafo único. A parcela dos prejuízos fiscais apurados até 31 de dezembro de cada ano, não compensada em razão do disposto no caput, poderá ser utilizada nos anos-calendário subsequentes.

.....  
.....





Art. 58. Para efeito de determinação da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro, o lucro líquido ajustado poderá ser reduzido por compensação da base de cálculo negativa apurada em períodos-base anteriores, observados os percentuais máximos de redução vigentes. (N.R.)”

**Art. 3º** A Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15-A. O limite para a compensação de prejuízos fiscais previsto no art. 15 desta lei será reduzido para:

I - 15% (quinze por cento) no ano-calendário subsequente à aprovação desta Lei;

II - 10% (dez por cento) no segundo ano-calendário subsequente à aprovação desta Lei;

III - 5% (cinco por cento) no terceiro ano-calendário subsequente à aprovação desta Lei.

Parágrafo único. A partir do quarto ano-calendário subsequente à aprovação desta Lei, fica revogado o limite para compensação de prejuízos fiscais a que alude o caput.

.....  
.....

Art. 16-A. Aplica-se o disposto no art. 15-A ao limite para a compensação de bases negativas da contribuição social sobre o lucro líquido.

Art. 16-B. Os limites para compensação de prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas da CSLL não se aplicam à extinção da pessoa jurídica, caso em que serão integralmente compensados por ocasião de seu encerramento. (NR)”





**Art. 4º** Será levado em consideração para a efetividade desta Lei o disposto no art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

**Art. 5º** Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.

## JUSTIFICATIVA

**Tramita no Senado Federal o Projeto de Lei nº 1.040, de 2020, e o Projeto de Lei nº 3.036/2022, que tratam da revogação das restrições quantitativas ao aproveitamento de prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL.** Entendendo a relevância deste projeto de lei e o seu impacto positivo para a indústria nacional, que carece de mecanismos para ter competitividade com a indústria internacional, proponho a apresentação da presente proposição na Câmara dos Deputados para permitir o debate com celeridade pelos nobres deputados.

A Constituição atribui à União competência para exigir impostos e contribuições sobre a renda ou lucro da pessoa jurídica (arts. 153, III e 195, I, "c"), isto é, "o **resultado positivo** em um determinado exercício", equivalente à "receita auferida nesse período menos as despesas necessárias à sua obtenção", conforme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

Por força de tal comando, tanto o IRPJ quanto a CSLL pressupõem o confronto periódico entre receitas e despesas, para que a tributação atinja somente o saldo positivo, observando-se, ainda, todo o período de existência da pessoa jurídica e a sua continuidade.

O legislador possui certa liberdade no exercício de sua competência impositiva e, por isso, pode adotar diferentes métodos para a apuração de ganhos e perdas. Entretanto, para ser válido, o resultado final deverá representar a materialidade própria dos tributos em questão, isto é, o lucro. Isso se aplica, inclusive, à compensação de prejuízos acumulados com o saldo positivo apurado a posteriori. Daí entender-se que a lei "poderá, naturalmente, ampliar ou reduzir a proporção de seu aproveitamento" (RE





344.9942)<sup>1</sup>, mas sem “haver perda ou eliminação do direito à compensação”. Portanto, deve-se garantir a adequada e integral compensação desses valores<sup>2</sup>.

Nesse contexto, optou-se pela chamada “trava de 30%” hoje em vigor. Embora a compensação de prejuízos fiscais e bases negativas fique restrita a um percentual do lucro apurado em cada período, permite-se que o contribuinte aproveite tais valores em sua totalidade, porém de forma diferida e escalonada no tempo<sup>3</sup>, a fim de equilibrar o direito do contribuinte à compensação com as necessidades arrecadatórias do Estado.

O Pleno do STF considerou válido o mecanismo da “trava”, em face de diversos preceitos estruturantes do sistema tributário, como isonomia, capacidade contributiva e o próprio conceito de renda e lucro (RE/RG n. 591.340/SP).

Entretanto, se a “trava do 30%” é juridicamente válida, o mesmo não pode ser dito sob a ótica econômica, pois a existência de perdas não recuperadas implica que se exija tributo sobre valores que não representam lucratividade presente. Noutras palavras, sob o rótulo de “lucro”, tributa-se algo que, economicamente, lucro não é. Sobre essa “ficção”, deve-se sublinhar o seu descompasso com a realidade, pois, diferentemente do Estado, o mercado considera lucro apenas o eventual saldo remanescente após a reversão de prejuízos acumulados. É o que se nota das demonstrações financeiras de diversas sociedades de capital aberto, disponíveis em domínio público. Aliás, a situação mencionada é ainda mais problemática nas hipóteses de extinção da pessoa jurídica, pois, nesses

1 Cf. FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Da compensação de prejuízos fiscais ou da trava de 30%, in Revista Fórum de Direito Tributário - RFDT, ano 10, n. 60. Belo Horizonte, 2012.

2 A esse respeito, veja-se, dentre outros, o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça (STJ): “4. A Lei 8.981/95, ao estabelecer a aludida limitação [de 30%], “não alterou os conceitos de renda e de lucro, nem tampouco ofendeu os arts. 43 e 110 do CTN, porquanto o art. 52 da mencionada lei diferiu a dedução para exercícios futuros, de forma escalonada” (AgRg no REsp 516849/CE, Relatora Ministra Denise Arruda, Primeira Turma, DJ de 03.04.2006).” (STJ, AgRg no REsp 944.427/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/04/2009, DJe 25/05/2009 - destacamos)

3 Veja-se, a propósito, a Exposição de Motivos da Medida Provisória (MP) n. 998, convertida na Lei n. 9.065/95: “arts. 15 e 16 do Projeto: (...) A limitação de 30% garante uma parcela expressiva da arrecadação, sem retirar do contribuinte o direito de compensar, até integralmente, num mesmo ano se essa compensação não ultrapassar o valor do resultado positivo”.





casos, a cobrança não é feita diante de “lucratividade fictícia”, mas de prejuízo definitivamente verificado.

O quadro descrito faz com que as empresas brasileiras destinem aos cofres públicos valores que poderiam ser reinvestidos em suas atividades, perdendo alavancagem. Como consequência, a economia do País torna-se menos competitiva, o que atrasa a retomada do crescimento.

A proposta apresentada tem por objetivo corrigir o acima exposto. Afinal, embora se tenha declarado a validade jurídica da “trava”, o Pleno do STF reconheceu que o legislador ordinário pode substituí-la, ou mesmo eliminá-la, no exercício de sua competência impositiva, caso existam razões de conveniência política ou econômica que o justifiquem, tal como hoje se verifica, diante da necessidade de incentivar a produtividade e empregabilidade no País. Nesse sentido, o Projeto modifica a Lei n. 8.981/95 e a Lei n. 9.065/95 para eliminar de modo progressivo a “trava de 30%” hoje existente. Com esse escalonamento, evita-se a pressão fiscal que resultaria da revogação imediata do mecanismo em questão.

Além disso, para solucionar a questão quanto à aplicabilidade da “trava” aos casos de extinção da pessoa jurídica, insere-se norma no sentido de que tais hipóteses não são alcançadas pela limitação, dando-lhes adequado tratamento. Nesse cenário, cabe ao Poder Legislativo explicitar o tratamento conferido ao caso específico.

Por todo o exposto, peço o apoio de meus pares para aprovação deste projeto de lei, que elimina as atuais restrições à compensação de prejuízos fiscais e bases negativas de IRPJ e CSLL, de modo a adequá-los à realidade econômica e ao imperativo de justiça fiscal e, com isso, contribuir para a melhoria do ambiente de negócios e consequente retomada do crescimento econômico do País.

**Sala das Sessões, agosto de 2023.**

**DEPUTADO DARCI DE MATOS**





CÂMARA DOS DEPUTADOS

**PSD/SC**

Apresentação: 08/08/2023 10:56:10.617 - MESA

**PL n.3785/2023**

